

Banca atrai clientes com ofertas para disparar crédito ao consumo

Crédito ao consumo subiu 12% nos primeiros nove meses do ano com campanhas agressivas de oferta de aparelhos electrónicos, viagens e descontos.

Banco de Portugal assume preocupação **Economia, 14/15**



Agressividade do crédito faz disparar riscos para as famílias

O crédito ao consumo está a crescer e as condições dos empréstimos são cada vez mais complexas, contendo verdadeiras armadilhas para os consumidores.

Banco de Portugal assume preocupação

Endividamento Rosa Soares

Nos primeiros nove meses de 2017 foram emprestados, em média, 17,7 milhões de euros de crédito ao consumo por dia. No total, foram concedidos 4800 milhões de euros de novo crédito para compra de carro, eletrodomésticos e muitas outras coisas. Um crescimento acima dos 12% em termos homólogos, e que faz despertar receios de que muitas famílias estão a cair, novamente, numa espiral de endividamento excessivo.

As campanhas de promoção deste tipo de crédito estão por todo o lado: na rádio, na televisão, na caixa do correio, no email e no telemóvel. E são cada vez mais agressivas, porque estão associadas a ofertas a que é difícil resistir, como saldos em cartão, equipamentos electrónicos, viagens, e descontos em outras compras. A par da forte persuasão, os produtos de crédito estão cada vez mais complexos, de difícil compreensão, mesmo para pessoas com formação superior fora da área da economia e gestão.

Alguns dos produtos têm verdadeiras "rasteiras", como a proliferação de cartões de crédito com pagamento mínimo mensal de 5% e 10% dos saldos, percentagens que podem ser aumentadas se o cliente se dirigir a uma caixa automática (vulgo Multi-banco), ou no acto da compra. Pagar 5% ou 10%, ou mesmo 50% do montante em dívida, por mês, é fazer disparar o valor pago em juros.

Por outro lado, rapidamente o cliente atinge o limite de crédito autorizado e logo surge a tentação de subscrever outro cartão. E praticamente ninguém tem noção dos juros pagos, que nos cartões mais recentemente rondam os 16%, mas nos mais antigos podem ficar muito acima dos 20%. E, novidade recente, começam a surgir cartões em que o habitual período sem juros, de 30 a 50 dias, só se aplica a quem

optar pelo pagamento fraccionado.

O saldo total do crédito ao consumo não é muito elevado, representava cerca de 20% do endividamento das famílias no passado mês de Setembro (num total de 115.106 milhões de euros), com a habitação a representar os restantes 80%. Mas é este crédito que gera maiores situações de incumprimento, e que está na origem de boa parte das situações de "falência" financeira dos consumidores. Isto porque é frequente as famílias terem vários créditos, nomeadamente através de cartões de crédito, e de subscreverem novos empréstimos para pagar outros já em incumprimento, e esse desequilíbrio chega, em muitos casos, ao empréstimo da casa.

A aceleração deste tipo de crédito, mais de 40% do qual é para a compra de automóveis, fica a dever-se "ao aumento da confiança das famílias, sendo a primeira variável a despertar num cenário de recuperação económica", explicou ao PÚBLICO Jorge Farinha, professor da Faculdade de Economia do Porto.

A forte concorrência entre bancos para ganhar quota de mercado, um negócio dominado por bancos estrangeiros, leva a práticas que "replacem o que já aconteceu no passado, embora a sinistralidade [incumprimento] tenda a ser menor que no pico da crise", adiantou Jorge Farinha, responsável por várias disciplinas na área das Finanças. E o que aconteceu no passado foi a assunção de empréstimos que, em face de uma redução de rendimentos, as famílias não conseguiram suportar, entrando em incumprimento, o que leva, no desfecho mais dramático, à perda da casa e ou à insolvência pessoal.

O Banco de Portugal (BdP) começa a olhar com preocupação para o ritmo de evolução do crédito, que resulta de critérios mais flexíveis na sua concessão, nomeadamente na avaliação da capacidade financeira das famílias para cumprirem os encargos assumidos em caso de redu-



Crédito ainda abaixo dos níveis pré-troika

De acordo com os dados do Banco de Portugal de Setembro, o total do crédito ao consumo concedido cifra-se em 13.354 milhões de euros, um valor que fica 12,8% acima do registado há um ano. Confirma-se a continuação de uma recuperação cada vez mais forte (iniciada em Julho de 2015) do consumo realizado com recurso ao crédito. No entanto, o regresso dos portugueses ao crédito ao consumo nos últimos dois anos e meio ainda não atingiu os níveis do passado e que chegaram a aproximar-se dos 16 mil milhões de euros em

2010. Quando a troika chegou a Portugal, em Abril de 2011, o nível de crédito ao consumo concedido era 15,6% superior ao actual. O nível de crédito malparado para consumo está agora também a um nível bastante mais baixo do que o registado no auge da crise e, mais, tem continuado a registar, à medida que a economia cresce mais e o desemprego diminui, uma tendência de descida. Em Setembro deste ano, o crédito ao consumo vencido era de 5,4% do total, quando no mesmo período do ano anterior atingia os 8,2%.

ção do seu rendimento e num cenário de subida das taxas de juro, que se deverá colocar a partir de 2019. Boa parte do crédito ao consumo tem taxa fixa, ao contrário do que se passa na habitação, que está associado à Euribor, o que acaba por ter um impacto muito elevado no orçamento familiar.

No relatório de Estabilidade Financeira, divulgada esta semana, o BdP destaca que "os fluxos de novos empréstimos a particulares [consumo e habitação] registaram um crescimento significativo no primeiro semestre de 2017, tendo já superado, em percentagem do rendimento disponível os níveis observados no início do Programa de Assistência Económica e Financeira", imposto pela troika, em 2011. A preocupação do supervisor é bastante maior no crédito à habitação, em que admite to-



Pagar 5% ou 10%, ou mesmo 50% do montante em dívida, por mês, é fazer disparar o valor pago em juros



...muito, dá tempo para uma consulta à Central de Responsabilidade de Crédito, que é uma espécie de cadastro do historial financeiro do cliente, contendo informação sobre eventuais falhas de pagamento de empréstimos.

Agressivas são também as campanhas de crédito com taxa de juro zero, reflectida na Taxa Anual Nominal, que é a taxa habitualmente promovida, mas pode não ser zero, porque os juros estão escondidos noutros custos, como o de abertura de processo, seguros obrigatórios, comissão de pagamento de prestação, e isso só é reflectido na Taxa Anual de Encargos Efectiva Geral (TAEG), que tem de ser comunicada ao cliente, e tem que estar nos contratos, mas que não é de fácil percepção pelos clientes.

Natália Nunes, coordenadora do Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado (GAS) da Deco, considera que "se voltou à forma de contratação praticada antes da crise financeira de 2008", e considera que "há um claro aproveitamento da iliteracia financeira de muitos consumidores", o que deveria levar "a uma outra atenção do regulador". E os resultados são preocupantes. Natália Nunes refere que "todos os dias chegam ao GAS pedidos de famílias sobre-endividadas e que não há uma diminuição face aos anos anteriores. De Janeiro a 25 de Outubro, o GAS recebeu 26.080 pedidos de ajuda, já perto dos cerca de 30 mil do total do ano passado.

"A situação das famílias não está tão bem como parece", refere a coordenadora do GAS, admitindo que já é visível uma preocupação de muitas famílias com o impacto que a subida da Euribor pode ter no seu orçamento.

O presidente da Apusbank Consumo, associação de defesa do consumidor, Júlio Martins-Mourão, diz não ter dúvidas de que a publicidade do crédito ao consumo "é agressiva e enganosa", admitindo que há coisas a corrigir, como rápida comunicação à Central de Responsabilidade de Crédito da entrada em incumprimento dos clientes, que actualmente é de dois meses. Júlio Martins-Mourão também defende medidas rápidas relativamente à formação dos funcionários afectos à venda destes produtos.

rosa.soares@publico.pt

Há muitas pessoas com formação superior com grande desconhecimento destas matérias

Jorge Farinha

Professor da Faculdade de Economia do Porto

Nos shoppings e nos hipermercados

Entrar num shopping e não ser desafiado a subscrever uma cartão de crédito Wizink, antigo Barclaycard, é um milagre. Ir a um hipermercado do grupo Sonae (proprietária do PÚBLICO) e não receber publicidade do cartão Universo é pouco provável. Receber uma mensagem do Santander a dizer "que é possível contratar crédito pessoal mesmo ao fim-de-semana" já não é de estranhar. Ou da Caixa Geral de Depósitos, a comunicar aos clientes que a utilização do cartão de crédito os habilita "a uma serigrafia de Pomar e peças Vista Alegre". Outras formas de créditos são disponibilizadas na compra de electrodomésticos, equipamentos electrónicos ou automóveis. E as ofertas associadas aos cartões de crédito são tentadoras, embora venham a ser integralmente pagas pelos clientes, até porque estão habitualmente dependentes de valores mínimos de compras ou a pagamento fraccionado (em diversas vezes) do saldo do cartão. A título de exemplo, o Universo (que é uma parceria da Sonae com o BNP Paribas) está a oferecer 30 euros em compras nos hipermercados do grupo. O Wizink oferece 40 euros (depois de compras com o cartão de 200 euros), viagens, tablets ou outros descontos. E há produtos mais antigos que vão mudando, como o Cartão Prémio do BPI, que oferecia 2% de desconto sobre o valor das compras, oferta que agora só existe se o valor dos pagamentos for fraccionado no mínimo em 50%. E agora? os juros pagos sobre 50% do saldo do cartão compensam o desconto de 2% nas compras? As contas são difíceis de fazer, para este caso e para muitos outros produtos. **R.S.**

Cuidados a ter quando vai pedir um empréstimo

Conhecer a diferença entre TAN, TAEG e MTIC. Parece confuso, mas não é assim tão complicado. A TAN (Taxa Anual Nominal) reflecte a taxa de juro sem outros encargos. Não a valorize muito, a não ser que o empréstimo não tenha qualquer outro encargo, o que é difícil de encontrar. Concentre-se na TAEG (Taxa Anual de Encargos Efectiva Geral), que está habitualmente um pouco escondida, ou não é logo apresentada, e que reflecte os custos associados ao empréstimo, como abertura de *dossier*, pagamento da mensalidade, seguros (quando existam), entre outros. Esta é a taxa que deve usar quando está a comparar ofertas de crédito, isto porque há instituições financeiras que oferecem uma TAN simpática e depois "engordam" a TAEG. Há ainda o MTIC, ou Montante Total Imputado ao Consumidor, para que deve olhar, mas prevenido de que vai apanhar um susto. É que o MTIC corresponde ao custo total do empréstimo, ou seja, à soma do montante do empréstimo e dos respectivos juros, comissões, impostos, seguros e outros encargos. Num exercício teórico, é com o cálculo do MTIC que verifica que um empréstimo para a compra de automóvel de 25 mil euros, em dez anos, vai custar 40 mil euros no final. O MTIC não é calculado para cartões de crédito, porque o saldo em dívida não é fixo.

Distiguir entre taxa de juro fixa ou variável – A taxa fixa, como a utilizada nos cartões de crédito, não sofre variações. A taxa variável, usada em alguns contratos de crédito ao consumo, está associada à taxa Euribor, um indexante que está sujeito a variações de mercado.

O que são as taxas máximas – São taxas fixadas pelo Banco de Portugal e não podem ser ultrapassadas pelas entidades financeiras. São fixadas trimestralmente, mas só se aplicam a novos contratos. Assim, há contratos antigos, nomeadamente nos cartões de crédito, com

taxas mais elevadas que devem, se o banco aceitar, ser renegociadas.

Os prazos dos empréstimos são importantes – Quanto maior for o prazo, maior será o encargo com juros e maior a vulnerabilidade do cliente em relação a alterações na sua situação profissional. O MTIC varia muito em função do prazo de pagamento.

Cuidados a ter nos cartões de crédito – Uma mão-cheia deles. Depois de saber qual é a TAEG aplicada, é importante pagar o saldo das compras a 100% e de forma automática (deve estar fixada no contrato). Se não for possível, opte pelo fraccionamento em percentagem o mais elevada possível. Se aceitar pagar pequenas percentagens, como 5% ou 10%, o saldo vai entrar num ciclo vicioso em que vai pagar juros muito elevados

É importante pagar o saldo das compras a 100% e de forma automática (deve estar fixada no contrato)

(actualmente de cerca de 16%) sobre o montante em dívida, e arrastar o seu pagamento por tempo indeterminado. Veja ainda todas as penalizações que incorre no caso de falha de pagamento de mensalidade, como juros de mora (3%) e outros encargos cobrados pela instituição financeira a título de recuperação da prestação, que não pode exceder os 4%. Estes custos somam à taxa contratada. Atenção ao valor da anuidade do cartão, se existir, e ao custo de levantamento de dinheiro a crédito (*cash-advance*), que é habitualmente elevado.

E como saber quantos empréstimos tem? É fácil conhecer a sua situação através da Central da Responsabilidade de Crédito, disponível no Banco de Portugal, a que pode aceder com o número de contribuinte e a senha de entrada no Portal das Finanças. **R.S.**